

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.561 - SC (2019/0304275-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : BANCO SAFRA S A  
**ADVOGADOS** : JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA - PR021731  
RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARAES - DF043027  
NIDA SALEH HATOUM - PR069827  
**AGRAVADO** : SCHUMANN MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA  
**AGRAVADO** : ANDRÉ LEONARDO SCHUMANN  
**AGRAVADO** : MARIELE VIVIAN  
**ADVOGADO** : ALFREDO LINZMEYER NETO - SC046967

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por BANCO SAFRA S.A. contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTIGO 1.015, INCISO I, DO CPC/2015). AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS BANCÁRIOS. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DENEGOU NOVO PLEITO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA.

RECURSO DOS AUTORES.

ANTECIPAÇÃO DA TUTELA COM O FITO DE SUSPENDER PROCESSO DE EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. SUPERVENIÊNCIA DE GARANTIA INTEGRAL DO JUÍZO EXECUTIVO. RECONHECIDA ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA DA CORREÇÃO MONETÁRIA, QUE ESTABELECE COMO INDEXADOR O CERTIFICADO DE DEPÓSITO INTERBANCÁRIO - CDI. IMPOSSIBILIDADE DESTA PRÁTICA. FATOR QUE, ALÉM DE RECOMPOR O PODER AQUISITIVO DA MOEDA CORROÍDO PELA INFLAÇÃO, AGREGA REMUNERAÇÃO DO CAPITAL. FIXAÇÃO UNILATERAL PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.

Consoante entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, admite-se que a ação revisional do contrato tenha o mesmo efeito suspensivo dos de embargos à execução, se houver garantia do juízo pela penhora. (STJ. AgRg no Resp 1.192.328/MG, rela. Mina. Nancy Andrichi, j. 18-9-2012).

IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DE OUTRO PROCESSO DE EXECUÇÃO, ESTE AJUIZADO POSTERIORMENTE E QUE TRAMITA PERANTE FORO VINCULADO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. QUESTÃO QUE DEVE SER EXAMINADA PELO JUÍZO COMPETENTE E APÓS A GARANTIA DAQUELA EXECUÇÃO.

DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022, inciso II e 919, § 1º, do CPC de 2015.

Alega, em síntese, que "um dos requisitos cumulativos necessários à concessão do 'efeito suspensivo' não estaria presente, qual seja, a garantia integral das execuções", já que os imóveis penhorados já possuem outros ônus gravados, anteriores à averbação do termo de penhora da recorrente.

Afirma que, "caso se entenda que as questões apontadas pelo Recorrente não foram devidamente prequestionadas, há que se anular o acórdão recorrido, por violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015".

É o relatório. DECIDO.

2. Inicialmente, observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 1.022 do CPC/2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, todas as matérias foram devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

3. No mais, o Tribunal de origem, ao contrário do alegado pela parte agravante reconheceu que teria havido a garantia do juízo, nos seguintes termos:

No entanto, naqueles autos, como já exposto, foi denegado o pedido de suspensão do processo executivo em razão da falta de garantia do juízo, uma vez que a norma do § 1º do art. 919 do CPC prevê a possibilidade de atribuição de efeito suspensivo aos embargos, desde que presentes quatro requisitos, a saber: requerimento da parte, probabilidade do direito alegado nos embargos, perigo de dano e segurança do juízo pela penhora, depósito ou caução em quantia suficiente à satisfação do débito, nestes precisos termos:

[...].

Sucede que foi realizada a penhora de 9 (nove) imóveis avaliados às fls. 44, cuja soma atinge a quantia de R\$ 6.721.000,00 (seis milhões setecentos e vinte e um mil reais), **tendo havido inclusive concordância da parte credora acerca das avaliações realizadas** (fls. 70-71).

**Considerando que o exequente já requereu a alienação judicial dos imóveis em hasta pública e que já foi reconhecida a probabilidade do direito afirmado na ação revisional originária, reputa-se prudente o deferimento da tutela provisória para o fim de suspender os atos expropriatórios, a fim de evitar a ocorrência de dano grave e de difícil reparação à parte agravante.**

A propósito, consoante entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, admite-se que a ação revisional do contrato tenha o mesmo efeito suspensivo dos embargos à execução, se houver garantia do juízo pela penhora.

(STJ. AgRg no Resp 1.192.328/MG, rela. Mina. Nancy Andrichi, j. 18-9-2012).

Ao apreciar os embargos de declaração, ainda frisou que:

Reexaminados os autos, verifica-se que o dispositivo legal invocado pelo embargante - art. 929, § 1º, do CPC - foi devidamente considerado e serviu, inclusive, de fundamentação ao acórdão embargado. **Quanto aos gravames existentes nos bens penhorados na execução, a existência desse fato não retira a validade dos atos constritivos, questão que, aliás, deve ser debatida nos autos daquele processo e não na revisional.**

**Ademais, as alegações deduzidas nos embargos acerca do possível produto dos bens penhorados na execução são meramente hipotéticas e não se mostram suficientes para afastar a conclusão de que a execução está devidamente garantida.**

Segue daí que não restou caracterizado o alegado vício de omissão, pois este surge quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento ou quando deixa de pronunciar-se sobre algum tópico da matéria submetida à sua apreciação, hipóteses inocorrentes na espécie.

Nota-se que o acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e o banco recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

3. Ainda que assim não fosse, o acolhimento da pretensão recursal, a fim de verificar as alegações relacionadas à garantia do juízo, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EFEITO SUSPENSIVO AFASTADO. GARANTIA DO JUÍZO E DANO DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULAS Nº 7/STJ E NºS 282 E 283/STF.

[...].

4. Rever a conclusão de que o juízo não foi garantido e de que não há iminente dano de difícil reparação (art. 739-A, § 1º, do CPC/1973) reclama o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do julgamento de recurso especial, por força da Súmula nº 7/STJ. Precedentes.

[...].

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1291685/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe

# *Superior Tribunal de Justiça*

21/03/2019)

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator